



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º 109, DE 2013

(Dos Srs.Vanderlei Macris e outros)

Propõe à Comissão de Fiscalização e Controle que fiscalize a compra da refinaria de Pasadena, no Texas, Estados Unidos da América (EUA), em 2006, pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação interna nas Comissões

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1º, combinado com os arts. 60, incisos I e II, 61, e 32, XI, b, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho a V. Exa. que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam adotadas as providências para realizar ato de fiscalização e controle para apurar possíveis irregularidades no processo de aquisição pela Petrobras da refinaria de Pasadena, no Texas, Estados Unidos da América (EUA), em 2006, amplamente noticiadas pela imprensa nacional, com base em indícios levantados por Procuradores do MPF e que deflagraram processo investigativo no Tribunal de Contas da União - TCU.

Desde a compra da refinaria, a petrolífera investiu US\$ 1,18 bilhão nesse negócio, apesar dela não processar um só barril de petróleo brasileiro e de a estatal não conseguir obter um retorno significativo do investimento feito. Segundo as informações, a Petrobras integralizou em 2012 o pagamento de US\$ 1,18 bilhão para a compra dessa refinaria, em duas etapas, quando há sete anos sua agora ex-sócia belga, Transcor/Astra, teria pago US\$ 42,5 milhões pela refinaria situada em Pasadena, Texas, EUA.

JUSTIFICAÇÃO

Os balanços da Petrobras, divulgados a partir do primeiro trimestre de 2012, apresentaram seu primeiro prejuízo em 13 anos, no montante de R\$ 1,346 bilhão. Revelam, também, que a empresa ao longo dos últimos anos, que correspondem à gestão do atual governo, vem dando mostra do aparente fracasso gerencial do modelo atualmente adotado, notadamente na era do ex-Presidente da República, Lula da Silva e José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras, e que só agora vem sendo revelado em todas as suas nuances pela atual presidente da estatal, Graça Foster. Porém, como os analistas de mercado dizem à exaustão, somente será possível se vislumbrar o acerto de suas decisões nos próximos dois ou três anos.

Nesse contexto, a crise por que passa a construção das refinarias constantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com atrasos acima do tolerável

em seus cronogramas, custos aumentados exponencialmente (de US\$ 2,3 bilhões para US\$ 30,3 bilhões, ou 1.000%, por exemplo na refinaria Abreu Lima), mistura de interesses político-ideológicos como o que a inusitada e fracassada tentativa de joint venture entre a Petrobras e a PDVSA venezuelana, que ao não contribuir com um só centavo no empreendimento conforme estabelecido em acordo firmado entre os dois Países, obrigou a estatal brasileira a aportar todo o recurso necessário e que não constava em seus orçamentos nem nos respectivos Planos de Negócios que vigoram desde 2006, ano do início da sua construção.

Ainda sob o enfoque das refinarias, causa espécie que tenham sido alocados recursos consideráveis e energia gerencial na geração de empregos, tributos e recursos financeiros propiciados pela Petrobras no exterior, precisamente comprando parques de refino nos Estados Unidos, Japão e Argentina, enquanto observamos a estagnação, atrasos em cronogramas e adiamentos na entrada em operação de refinarias e suas respectivas cadeias produtivas, impedindo não só o aumento acelerado da necessária capacidade de refino em virtude do aumento na produção de óleo e gás provenientes dos campos do Pré-sal, como também no treinamento, capacitação de mão-de-obra e geração de empregos e tributos dentro do nosso País.

Merece apuração por parte desta Comissão o caso específico da decisão tomada pela Petrobras de investir na aquisição de refinarias nos Estados Unidos (Pasadena, Texas) e Japão (Okinawa), considerando que todos os quatro grandes projetos de Refinarias do PAC a serem construídas no Brasil, desde os respectivos lançamentos em 2005 (Abreu Lima), 2006 (Comperj), 2009 (Premium I) e 2010 (Premium II), apresentam atraso considerado e orçamentos extremamente majorados, estrangulando a capacidade de refino do País.

Além disso, o desembolso pela Petrobras, em 2012, de US\$ 1,18 bilhão para a compra da refinaria de Pasadena, quando sua agora ex-sócia belga, Transcor/Astra, pagou há sete anos US\$ 42,5 milhões, representa um verdadeiro

“caso de polícia”, com graves indícios de desvios de recursos públicos, além de com indícios de lavagem de dinheiro, que precisam ser apurados.

Sobre as denúncias, a imprensa publicou:

Jornal O Globo de 2/fev/2013:

“Ministério Público deve investigar compra de refinaria pela Petrobras

Companhia investiu US\$ 1,2 bi em Pasadena, nos EUA, sem retorno

BRASÍLIA – O Ministério Público Federal (MPF) deve abrir uma investigação criminal para apurar irregularidades no processo de aquisição, pela Petrobras, da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), em 2006, com base em indícios levantados por procuradores do MPF que atuam no Tribunal de Contas da União (TCU). Desde a compra da refinaria, a petrolífera investiu US\$ 1,18 bilhão nesse negócio, apesar de ela não processar um só barril de petróleo brasileiro e de a estatal não conseguir obter um retorno significativo do investimento feito.

Em novembro, os procuradores solicitaram à Petrobras esclarecimentos sobre o processo de aquisição. Após um pedido da Petrobras de prorrogação de prazo para resposta, que foi aceito pelo órgão de controle, a estatal entregou cerca de 700 páginas com documentos, dos quais boa parte já foi analisada. Segundo uma fonte que teve acesso ao conteúdo entregue pela empresa ao TCU, durante o recesso de fim de ano, até agora não apareceram argumentos convincentes para justificar o investimento, tanto do ponto de vista financeiro quanto pelo aspecto estratégico.

— Há várias decisões questionáveis, que podem levar o MPF a abrir um procedimento para verificar se há ocorrência de crime. Pode até pedir auxílio à Polícia Federal, uma vez que havia uma pessoa ligada à Petrobras que fazia parte da empresa belga (Astra Oil, de quem a estatal brasileira foi sócia na refinaria) — disse a fonte.

O negócio teve início em janeiro de 2005, quando a Astra adquiriu a refinaria de Pasadena por US\$ 42,5 milhões. Naquele mesmo ano, começaram as negociações entre a Astra e a Petrobras, que resultaram, em 2006, na venda, para a empresa brasileira, de 50% da refinaria e de seu estoque de óleo por US\$ 360 milhões.

Estatal finalizou a compra em junho do ano passado

Depois da descoberta do pré-sal, os interesses das duas companhias entraram em conflito, e o contrato firmado entre elas exigia a aquisição total do negócio pela Petrobras em caso de desentendimento. A Petrobras pagou ao todo US\$ 820 milhões para se livrar da disputa e assumir completamente a refinaria em junho do ano passado.

Além do TCU, políticos de oposição também se manifestaram contra a negociação da Petrobras. O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) chegou a enviar representação diretamente à Procuradoria Geral da República (PGR) para que fosse instaurada investigação penal e cível sobre o negócio. O pedido

aponta potencial prejuízo de R\$ 1 bilhão para a estatal e tem base na lei 8.429/92, que prevê sanções para desvios de conduta de agentes públicos.

— Há um ato de gestão potencialmente lesivo ao erário — afirmou uma fonte a par dos documentos apresentados pela Petrobras ao TCU.

Procurada, a Petrobras informou ao GLOBO que, em 2006, a compra era “estrategicamente interessante”, e que o negócio “estava alinhado ao Planejamento Estratégico da Petrobras, à época, no que se referia ao incremento da capacidade de refino de petróleo no exterior”.

Segundo a estatal, “todas as aquisições de refinarias no exterior cumpriam com o mesmo objetivo estratégico (...): processamento de excedentes de petróleos pesados brasileiros, diversificação dos riscos empresariais e atuação comercial em novos mercados de modo integrado com as atividades da companhia no Brasil e em outros mercados”.

Empresa não revela instituição que avaliou valor da refinaria

De acordo com a estatal, depois da confirmação dos reservatórios do pré-sal, quando a expectativa de crescimento da produção petrolífera se concentrou em descobertas de óleos cada vez mais pesados — diferentes do tipo refinado em Pasadena —, a importância da refinaria nos EUA ficou menor dentro da estatal.

A empresa disse ainda que “o valor de aquisição estava alinhado às transações do refino à época, conforme avaliação (fairness opinion) de instituição financeira de renome internacional”. Indagada sobre qual entidade fez esse parecer, a Petrobras negou-se a responder, por julgar que a “divulgação destes dados representa vantagem competitiva a outros agentes econômicos”. O mesmo argumento foi usado para evitar comentário sobre a documentação enviada ao TCU.

A Petrobras ressalta que, durante as negociações com a Astra, empenhou seus melhores esforços na defesa dos seus interesses e dos seus acionistas, obtendo, dessa forma, “redução significativa no montante originalmente pleiteado pela Astra, que superava em muito o valor final da sentença arbitral”.

O Estado de São Paulo – editorial – 28/fev/2013

Um negócio nebuloso

A representação contra a Petrobras apresentada ao Tribunal de Contas da União (TCU) pelo procurador do Ministério Público junto ao TCU, Marinus Marsico, pedindo que seja investigada a compra da refinaria de Pasadena, no Texas, pode ser o primeiro passo de um processo formal a respeito desse negócio tecnicamente injustificável e que, pelas informações disponíveis, e não contestadas pela empresa, pode resultar em prejuízo bilionário para o País.

Além de provocar a ação do Ministério Público, o caso - sobre o qual o Estado vem há tempos publicando reportagens - já vem sendo acompanhado por congressistas, entre os quais o líder do PSDB no Senado, Álvaro Dias (PR), que pediu investigação da Procuradoria-Geral da República. Pode, por todas as evidências já conhecidas, tomar-se um caso de polícia.

Depois de coletar, nos últimos meses, informações a respeito da compra, pela Petrobrás, de metade do controle acionário da refinaria texana em 2006 e, depois, da totalidade das ações por meio de acordo extrajudicial com a antiga sócia, o procurador Marinus Marsico decidiu encaminhar ao ministro José Jorge, relator da questão no TCU, pedido para que apure as responsabilidades da empresa nesse negócio, de grandes proporções e nenhuma transparência.

Na opinião do procurador, houve gestão temerária e prejuízo aos cofres públicos nessa compra. Caso o ministro aceite o pedido, técnicos do TCU examinarão a questão e poderão identificar responsáveis. O relatório técnico será depois julgado em plenário.

Ao anunciar a aquisição da refinaria de Pasadena, a Petrobras – cujo Conselho de Administração era presidido pela então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff – afirmou que, desse modo, iniciaria sua participação no mercado de refino de petróleo e comercialização de derivados no mercado americano. A meta então anunciada era de, por meio de novos investimentos, duplicar a capacidade da refinaria, que, na época, podia processar 100 mil barris de petróleo por dia. Era parte de seu plano estratégico, que previa também investimentos em pesquisa e produção de petróleo em áreas do Golfo do México.

Quando se conheceram os números do negócio, porém, o valor "estratégico" da refinaria para a empresa brasileira começou a ser contestado. A refinaria de Pasadena fora adquirida no início de 2005 pela empresa belga Astra Oil Company por apenas US\$ 42,5 milhões. Os entendimentos da Astra com a Petrobrás começaram alguns meses depois e foram concluídos em setembro de 2006, quando a estatal brasileira confirmou a compra de 50% da refinaria por US\$ 360 milhões.

Ou seja, a Astra – da qual um ex-funcionário da Petrobrás era um dos principais executivos – recebia esse valor pela metade da refinaria, que lhe custará US\$ 21,25 milhões. Seu ganho portanto, fora de praticamente, 1.600%. O negócio já seria totalmente injustificado se tivesse ficado só nisso. Mas não ficou.

Desentendimentos entre os sócios levaram a parte belga a recorrer à Justiça americana para obrigar a Petrobras a comprar sua parte. Depois de perder na Justiça, a Petrobras decidiu fazer um acordo extrajudicial com os belgas. Fechado em junho do ano passado, esse acordo previu que, para encerrar todos os litígios, deveria pagar mais US\$ 820 milhões. Em resumo, a Astra vendeu para a Petrobras, por US\$ 1,18 bilhão uma refinaria que lhe custara US\$ 42,5 milhões.

O plano estratégico de 2012-2016 da Petrobras prevê a venda de US\$ 14 bilhões de ativos, sobretudo no exterior, operação indispensável para equilibrar suas finanças e executar o ambicioso plano de investimentos no pré-sal. A Refinaria de Pasadena estava entre os ativos que a estatal pretendia vender para fazer caixa, mas seu valor de mercado certamente é muito menor do que o desembolsado para adquiri-la.

Vendê-la pelo valor oferecido pelos poucos interessados implicaria à Petrobrás o reconhecimento de pesadas perdas financeiras, razão pela qual a

empresa agora diz que fará investimentos para torná-la mais atraente. As perdas poderão aumentar. E quem é o responsável por essas perdas?”

A situação é de tal ordem de gravidade, que exige apuração e providências imediatas, sob pena de rápido e expressivo agravamento dos prejuízos à Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, empresa brasileira fundamental ao desenvolvimento do país.

Nesse sentido, esta Casa, e em especial esta Comissão, como representante da sociedade nacional e titular do controle e fiscalização dos atos do Poder Executivo, tem despendido esforços para elucidação dos fatos, mediante convocação de diversas autoridades para prestar esclarecimentos sobre o assunto. Contudo, são iniciativas dispersas. Como forma de concentrar todas as informações, sugere-se esta Proposta de Fiscalização e Controle.

Sugere-se, ainda, que os resultados das proposições que tramitam nesta Casa com vistas à solicitação de informações sobre o assunto sejam remetidos a esta Comissão para subsidiar a instrução desta PFC. Propõe-se, também, determinar ao Tribunal de Contas da União que remeta a esta Comissão os relatórios de auditorias sobre o assunto, e dos Votos e Acórdãos, se houver, bem como eventuais informações sobre desdobramentos posteriores.

Diante de todo o exposto, é fundamental que esta Comissão, em defesa do interesse público, tome as providências necessárias para permitir a investigação dos fatos noticiados.

Sala das Comissões, em 14 de março de 2013.

Deputado VANDERLEY MACRIS
PSDB/SP

Deputado CARLOS SAMPAIO
PSDB/SP

Deputado ANTONIO IMBASSHAY

PSDB/BA

Deputado VAZ DE LIMA

PSDB/SP

FIM DO DOCUMENTO
